

BRB quer gerar empregos

por Gustavo Freire
de Brasília

O governador eleito do Distrito Federal, Cristovam Buarque, assumirá o cargo em 1º de janeiro de 1995 com uma difícil missão a ser cumprida. Ele quer que o Banco de Brasília S.A. (BRB) tenha uma presença mais forte na área social. Mas, ao mesmo tempo, deseja manter o bom estado das finanças do banco. "Queremos provar que as duas coisas podem caminhar juntas", diz o secretário de finanças do Sindicato dos Bancários do Distrito Federal, Afonso Almeida, que é funcionário de carreira do BRB e um dos principais interlocutores de Buarque nas discussões sobre as questões financeiras do Distrito Federal.

É de Almeida uma ousada proposta de se criar um Fundo Social de R\$ 500 milhões, que seria administrado pelo BRB. "Financiaremos a geração de emprego no Distrito Federal", conta. A idéia é de se abrir linhas de crédito para as camadas mais populares da região, que assim poderiam contar com os recursos necessários para adquirir ferramentas de trabalho ou dar início à montagem de uma "indústria de quintal". É claro que, nesses casos, o dinheiro será subsidiado. "Cobramos só um pedaço da TR (Taxa Referencial)", diz Almeida.

A maior inovação, no entanto, está na forma como um governo de esquerda pretende alavancar os recursos para abastecer o Fundo Social. "Venderemos ações do BRB", diz o interlocutor de Buarque e de seu secretário da Fazenda, Wasny de Roure. Pretende-se levantar cerca de R\$ 50 milhões com a oferta em bolsas de valores de 46% das ações que estão, hoje, em poder do Governo do Distrito Federal (GDF). "Queremos ficar no limite de 51%, que nos permite ter o

O BRB EM NÚMEROS

Em 31 de outubro de 1994

- Agências: 51
- Postos de Atendimento: 68
- Funcionários: 3.230
- Clientes: 219.000
- Depósitos:
 - a vista: R\$ 122,25 milhões.
 - cadernetas de poupança: R\$ 126,40 milhões
 - fundos de investimento: R\$ 76,91 milhões
- GDF: R\$ 72,81 milhões
- a prazo: R\$ 185,17 milhões
- Operações de crédito: R\$ 428,12 milhões
- Operações de crédito com recursos próprios: R\$ 282,57 milhões
- Operações de crédito com repasses de terceiros: R\$ 145,55 milhões
- Patrimônio líquido: R\$ 176,58 milhões

controle acionário sobre o banco", ressalta. O GDF, segundo Almeida, detém, atualmente, cerca de 97% das ações do BRB, enquanto os acionistas minoritários têm apenas 3%. "Desses 3%, o maior acionista é Osório Adriano (empresário e deputado federal pelo PFL do Distrito Federal)", acrescenta.

Pelo plano exposto a este jornal por Almeida, as vendas seriam realizadas de forma gradual, para evitar a súbita desvalorização dos papéis do BRB negociados no âmbito das bolsas de valores. Além disso, o governador eleito do Distrito Federal pretende, com essa tática, evitar a concentração das ações em mãos de poucas pessoas. "Se percebermos que está ocorrendo uma grande concentração, podemos até suspender as vendas", comenta o sindicalista. "O nosso grande objetivo é exatamente o de pulverizar o controle acionário da empresa".

Nesse sentido, Buarque quer incentivar a participação dos empregados do banco no processo de compra de ações da instituição por meio da criação de linhas de crédito específicas para financiar essas aquisições. Além disso, espera-se que o Regius, fundo de pensão dos empregados do BRB, tenha forte presença no processo.

Mas a maior parte dos

recursos que comporão o Fundo Social a ser administrado pelo BRB, segundo Almeida, virá do Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO). "Por que os recursos do FCO que são aplicados no Distrito Federal têm de ser administrados pelo BB (Banco do Brasil)?", indaga. "Queremos transferir a administração desses recursos para o BRB".

O Fundo Social ainda contará com as receitas de uma loteria instantânea que o governo esquerdista de Buarque pretende criar. "Criaremos a candanguinha", diz Almeida. Para isso, o governo precisará de uma autorização da Câmara Legislativa. O novo governo ainda pretende utilizar recursos das receitas obtidas com a cobrança de tarifas bancárias pelo BRB. "Podemos destinar uma parte dessas tarifas para o fundo", diz o sindicalista. Além disso, pretende-se que uma parcela do lucro obtido pelas empresas do GDF seja carreada para o financiamento da geração de empregos.

O governo de Cristovam Buarque também quer "deselitizar" a carteira de crédito imobiliário do BRB. A idéia é fazer com que a maior parte dos R\$ 146 milhões aplicados na área habitacional seja destinada às classes mais baixas do Distrito Federal.